

**“Cidadania: a gente vê por aqui?”
‘Pedagogia midiática’ e hegemonia no Brasil contemporâneo**

**“Citizenship: we see here?”
‘Pedagogy media’ and hegemony in contemporary Brazil**

**“Ciudadanía: vemos aquí?”
‘Pedagogia mediática’ y hegemonía en Brasil contemporáneo**

Carlos Eduardo Rebuá Oliveira¹

Palavras chave:

Cidadania

Mídia

Globo

Hegemonia

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo analisar o conceito de cidadania midiaticamente construído, tendo como objeto as Organizações Globo (ou Sistema Globo de Comunicação), maior grupo de comunicações do país e um dos cinco maiores do mundo. Os esforços concentram-se na construção de um arcabouço teórico-analítico, a partir dos conceitos gramscianos de hegemonia e sociedade civil, que permita uma reflexão crítica acerca dos meios de comunicação, notadamente a grande mídia, e seu papel decisivo enquanto aparelho privado de hegemonia que forja, reproduz e legitima interesses de classe, “educando” ideológica e culturalmente as diversas classes e frações de classe da sociedade civil. A hipótese central do trabalho é a defesa de que a visão de cidadania difundida pela *Globo* corresponde ao projeto liberal de sociedade. Entendendo o liberalismo como um modo de interpretar e construir a realidade social, em outras palavras, como uma ideologia que possui materialidade, elencamos no texto algumas de suas características, legitimadas pela Globo em suas diversas formas de atuação.

Resumen:

Este estudio tiene como objetivo analizar el concepto de ciudadanía mediáticamente construido, teniendo como objeto las Organizaciones Globo (o sistema de comunicación Globo), el grupo de comunicación más grande en el país y una de las cinco más grandes del mundo. Los esfuerzos se centran en la construcción de un marco teórico y analítico, a partir de los conceptos de hegemonía y sociedad civil de Gramsci, para permitir una reflexión crítica sobre los medios de comunicación, especialmente los grandes medios y su papel fundamental como aparato privado de la hegemonía, que forja, reproduce y legitima los intereses de clase, “educando” ideológicamente las distintas clases e fracciones de la sociedad civil. La hipótesis central de este trabajo es la defensa de la opinión de que la difusión de la ciudadanía por Globo se corresponde con el proyecto liberal de la sociedad. Comprendiendo el liberalismo como una forma de interpretar y construir la realidad social, es decir, como una ideología que tiene materialidad, enumeramos en el texto algunas de sus características, legitimada por Globo en sus diversas formas de actuación.

Palabras clave:

Ciudadania
Media
Globo
Hegemonia

Keywords:

Citizenship
Media
Globo
Hegemony

Abstract:

This paper examines the concept of citizenship constructed by the media, having as object the Globo Organizations (or Globe Communication System), the largest communications group in the country and one of the five largest in the world. Efforts are focused on building a theoretical and analytical framework, from the Gramscian concepts of hegemony and civil society, to allow a critical reflection about the mass media, especially the mainstream media, and their crucial role as private apparatus of hegemony that creates, reproduces and legitimizes class interests, “educating” ideological and culturally the various classes of civil society. The central hypothesis of this work is the defense of the view that citizenship broadcast by Globo corresponds to the liberal project of society. The central hypothesis of this work is the defense of the view that citizenship broadcast by Globo corresponds to the liberal project of society. Understanding liberalism as a way to interpret and construct social reality, in other words, as an ideology that has materiality, we list in text some of their characteristics, legitimized by the Globo in its various forms of action.

**“Cidadania: a gente vê por aqui?”
‘Pedagogia midiática’ e hegemonia no
Brasil contemporâneo**

Introdução

*”Estranhem o que não for estranho.
Tomem por inexplicável o habitual.
Sintam-se perplexos ante o cotidiano.
Tratem de achar um remédio para o abuso.
Mas não se esqueçam
De que o abuso é sempre a regra.”*

(A Exceção e a Regra, Brecht)

“O Brasil não tem povo, tem público.”

(Lima Barreto)

Dentro do discurso chamado de “politicamente correto” a palavra cidadania tem se destacado, sobretudo nas últimas duas décadas, permeando desde políticas públicas governamentais e propagandas de ong’s até o senso comum², assumindo sempre uma conotação positiva, redentora. “Seja cidadão!”, “Educação cidadã” e “Espaço do cidadão” são alguns dos *slogans* mais vendidos com o rótulo da cidadania, legitimando-a como um dos mais relevantes imperativos da contemporaneidade.

No bojo deste recente “transbordamento” de cidadania (ou cidadanias), os meios de comunicação assumem lugar de destaque, promovendo maciçamente a ação cidadã como a solução para os problemas sociais e como sustentáculo da sociedade civil “organizada”. Na alquimia dos editoriais dos jornais e das reportagens “engajadas” dos programas televisivos, a cidadania desponta como a pedra filosófica que irá redimir a humanidade e alçá-la da barbárie à civilização, que homogeneizará os indivíduos.

Todavia, na “pedagogia midiática” fica evidente que nem todos são cidadãos e que, parafraseando Orwell em “*A Revolução dos Bichos*”, todos são cidadãos, mas alguns são mais cidadãos que os outros. A cidadania veiculada na grande mídia exige pré-requisitos coadunados com a concepção burguesa de sociedade, onde direitos e deveres (definidos pelos “mais cidadãos” e em algumas circunstâncias influenciados pelas pressões dos “menos cidadãos”) segmentam a sociedade, definindo dominantes e dominados, cidadãos “de verdade” e aspirantes a cidadãos.

Pagar seus impostos, ser um “consumidor consciente”, não jogar papel no chão, ser ético, votar nas eleições, ter um documento de identidade, utilizar material reciclado e produtos orgânicos, não ter o nome no SPC ou SERASA, ser voluntário, são algumas das condições elementares para ascender à posição de cidadão, condições que são “ofertadas” diariamente nas novelas e nos comerciais publicitários de seus intervalos, alimentando o sonho de milhares de não-cidadãos.

A atuação dos meios de comunicação na construção/legitimação de consensos, e logo, na garantia da hegemonia, representa também uma ação pedagógica, segundo Gramsci³, na medida em que estes meios trabalham com concepções de mundo (ideologias⁴), se orientam para o saber e a vontade e desempenham um trabalho educativo-formativo da subjetividade coletiva. É mister pontuar que para Gramsci, assim como toda relação de hegemonia é necessariamente pedagógica, toda relação pedagógica tem uma natureza hegemônica.

Sociedade Civil e Hegemonia

Na filosofia política do pensador e revolucionário marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937), os conceitos de sociedade civil e hegemonia ocupam lugar central, notabilizando-o como um paradigma

mático interlocutor de Marx no século XX, como Lênin e Lukács.

De acordo com Gramsci, que diferentemente de Marx vivenciou as profundas mudanças na relação entre economia e política no século XX⁵ (LIGUORI, 2007, p. 47-48), o Estado, lugar de uma hegemonia de classe⁶, não se resume à sociedade política (aparato político-jurídico – o espaço da coerção) apenas, mas compreende também, numa perspectiva de “Estado ampliado” (que se contrapõe à visão de Marx e Engels, que entendiam o Estado como “restrito”) e numa concepção dialética da realidade histórico-social, a sociedade civil (*locus* dos aparelhos privados de hegemonia, como a Igreja, a escola e a mídia – o espaço da hegemonia, do consenso).

Para o pensador marxista, a sociedade civil é a arena privilegiada da luta de classes, o terreno sobre o qual se dá a luta pelo poder ideológico (consenso); é o componente essencial da hegemonia (ACANDA, 2006, p. 178) ou nas palavras de Dênis de Moraes, “(...) *o espaço político por excelência, lugar de forte disputa de sentidos*” (MORAES, 2009, p. 38). Dizer que é na sociedade civil onde se garante a hegemonia dos grupos dominantes (e onde se forja, na dinâmica dos embates político-ideológicos, a contra-hegemonia⁷) não significa que neste local não atue a coerção. A sociedade civil, conforme dito anteriormente, é um momento do Estado⁸, logo, as esferas tanto da sociedade política quanto da sociedade civil se interpenetram, sendo a hegemonia o pólo dominante dentro do funcionamento da sociedade civil e a coerção seu pólo secundário (Piotte *apud* MOCHCOVITCH, 1992, p. 33).

Carlos Nelson identifica o nascimento da sociedade civil no processo de “socialização da política”, ou seja, de ampliação do “Estado restrito”, o Estado “arma da burguesia”, soberano sobre a sociedade pulverizada e despolitizada, que Marx e Engels

vivenciaram; uma ampliação que tem relação direta com as lutas dos trabalhadores e suas demandas políticas e sociais, que obrigaram o Estado capitalista hegemônico pela burguesia a ceder espaço, não apenas ampliando o direito ao voto mas sobretudo permitindo a associação (sindicatos, partidos etc.), ou seja, permitindo que grupos subalternos também “fizessem política” (até então monopólio dos grupos dirigentes).

Para Gramsci, as sociedades civis ocidentais (a partir do último quartel do XIX) teriam um maior grau de desenvolvimento que as sociedades civis orientais (chamadas por ele de primitivas e gelatinosas), pois no Ocidente (onde a burguesia hegemônica o Estado – sob a égide do capitalismo⁹), a correlação de forças entre Estado e trabalhadores (cada vez mais organizados em partidos e sindicatos) era muito menos assimétrica que no Oriente, com uma esfera pública situada “fora” desse Estado, como diz Carlos Nelson na citação acima. Já na Rússia de 1917, por exemplo, o Estado czarista era “tudo”, ou seja, a sociedade política se sobrepunha à débil sociedade civil, onde os trabalhadores não estavam organizados e por isso não eram capazes de influenciar as massas.

Decorre desta leitura a concepção gramsciana, dentro do conceito de hegemonia, da *guerra de posição* e da *guerra de movimento*, estratégias específicas para condições da luta de classes específicas. A primeira se daria em países onde a sociedade civil estivesse estruturada (“Estado ampliado” – a Inglaterra de fim do XIX, por exemplo) e se constituiria numa “guerra de trincheiras”, com recuos e avanços, através dos aparelhos privados de hegemonia (escola, partido, meios de comunicação, sindicato, Igreja), buscando conquistar posições de direção e governo dentro da sociedade. Já a segunda seria a forma possível nos países de frágil sociedade civil (“Estado restrito” – a Rússia pré-Revolução de Outubro, por exemplo), correspondendo a uma irrupção rápida e violenta contra o Estado.

A teoria da hegemonia em Gramsci, discussão mais densa e publicizada do fundador do PCI¹⁰, aprofunda e supera a teoria leninista do Estado, uma vez que amplia este conceito, defendendo que a hegemonia não se reduz à força econômica e militar mas resulta de uma batalha constante pela conquista do consenso no conjunto da sociedade. Para Gramsci, a hegemonia corresponde à liderança cultural e ideológica de uma classe sobre as demais, pressupondo a capacidade de um bloco histórico (aliança de classes e frações de classes, duradoura e ampla) dirigir moral e culturalmente, de forma sustentada, toda a sociedade (MORAES, 2009, p.35). Ainda segundo Moraes, a hegemonia *“tem a ver com disputas de sentido e entrechoques de visões de mundo, bem como com mediações de forças em determinado contexto histórico.”* (idem, ibidem)

Contudo, a hegemonia nunca é “completa”, o poder de uma classe nunca está garantido completamente, como afirma Norman Fairclough: *“Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’.”* (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122)

Por ser uma categoria dinâmica a hegemonia pressupõe negociações, compromissos, renúncias por parte do grupo dirigente que se pretende hegemônico. Para Gramsci, a hegemonia não pode ser garantida sem desconsiderar demandas mínimas dos “de baixo”, sendo fundamental a classe dirigente saber ceder, saber realizar sacrifícios no intuito de preservar este instável equilíbrio de forças.

Todas as obras, desde a década de 1970, que se debruçaram sobre o pensamento de Gramsci, em menor ou maior grau, direcionaram suas preocupações para o conceito de hegemonia. Todavia, a origina-

lidade de Gramsci, a pluralidade de seu pensamento, têm sido “seqüestradas” há algum tempo, pelos porta-vozes do “culturalismo” pós-moderno, no intuito de justificar suas ideologias e, sobretudo, conferir criticidade às bandeiras acrílicas e idealistas dos “sepultadores de plantão” (Fim da História, Fim das Classes Sociais, etc.) de alternativas à lógica desumanizante do capital. A profusão de citações de Gramsci (assim como as de Paulo Freire, no campo da Educação e de Bakhtin na área da linguagem, só para citar dois exemplos) em obras de cunho liberal é espantosa, sendo possível encontrar o filósofo marxista italiano (majoritariamente o conceito de hegemonia) em discussões que promulgam a inexorabilidade da “sociedade da informação”, que defendem a “História dos Costumes” (ou Micro-História) como a nova coqueluche da historiografia contemporânea ou até mesmo em trabalhos que desideologizam as relações sociais e retiram das classes sociais o protagonismo na dinâmica do desenvolvimento histórico-social.

Recuperando o “Gramsci histórico”, alguns autores tentam deslegitimar essas “vozes” atribuídas ao sardo, resgatando a singularidade e a pertinência da contribuição gramsciana acerca da hegemonia.

Analisando outro conceito nevrálgico dentro do estudo da hegemonia em Gramsci, a contra-hegemonia, Acanda traz para o debate uma contribuição decisiva, quando afirma que *“a construção de uma nova hegemonia emancipadora implica, em Gramsci, a realização de uma reforma intelectual e moral que seria capaz de criar uma nova visão de mundo e uma nova ideologia do povo.”* (2006, p. 207)

Mais uma vez fica claro que para Gramsci não há hegemonia se a liderança ideológico/cultural de uma classe não é consensual¹¹, se ela não se sustenta e é legitimada no modo de pensar dos indivíduos. A crise das ditaduras civis-militares latino-americanas, notadamente a partir da

década de 80, representa um bom exemplo: a partir de um determinado momento, a coerção destes regimes autoritários não dava mais conta do “controle” da sociedade civil, que ou por motivos econômico-corporativos (crise dos “milagres econômicos”) ou por razões político-ideológicas (a luta dos movimentos sociais e da esquerda), não mais respaldavam suas políticas e/ou hesitavam em criticá-las. Em suma, suas ações não eram mais “consensuais”, não eram mais legitimadas pelos diferentes atores sociais (trabalhadores, camadas médias, empresários...) que compõem a sociedade civil.

Finalizando, é imprescindível lembrar que a teoria da hegemonia em Gramsci não é uma “receita de bolo”, um manual de instruções para a Revolução, pois “as formas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam conforme a natureza das forças que a exercem.” (MORAES, op. cit., p. 36). O pensador italiano tinha clareza do caráter dialético da História, das especificidades de cada realidade social e assim, mesmo defendendo que força e consenso são vetores basilares para a consecução da hegemonia, não refutava outros “caminhos” neste processo de liderança ideológica e cultural de uma classe. E reafirmando e ampliando a teoria revolucionária de Marx, pontua que independente das formas e opções da luta por uma hegemonia dos “de baixo”, uma certeza inexorável norteia o desenvolvimento histórico: a emancipação dos homens será obra dos próprios homens.

A Cidadania do “Plim-Plim”

“Cidadania: a gente vê por aqui!”. Pelo menos uma vez ao dia esta frase aparece na programação da Rede *Globo*, geralmente depois da propaganda do projeto Amigos da Escola, do movimento *Ação Global* ou do programa *Globo Ecologia*, todos capitaneados pela *Fundação Roberto Marinho*, entidade da própria empresa encarregada das ações de responsabilidade social, criada em 1977 por Roberto Marinho.

Nas novelas (principalmente a das 21h, geralmente “engajada” em alguma “questão polêmica” como a homossexualidade ou a violência contra os idosos) e nos telejornais (sobretudo o *Jornal Hoje*, mais entusiasta dos exemplos de cidadania, como a devolução de uma mala de dinheiro por parte de um faxineiro de aeroporto – um jornal mais palatável para a digestão do almoço), a defesa incisiva da ação cidadã norteia as abordagens, que premiam e condenam atitudes que estão ou não sintonizadas com o “padrão *Globo* de cidadania”.

Em 2009, o programa *Fantástico*, também chamado pela *Globo* de *Show da Vida*, criou um quadro denominado *Mudança Geral*, onde uma família “bem brasileira” é escolhida para “entrar na linha”, conforme diz a chamada abaixo extraída do site do programa:

Neste domingo, o *Fantástico* lança um desafio para uma família **bem brasileira!** Na periferia de São Paulo, Reginaldo, Andrea, Malu e Matheus vão encarar uma mudança geral! É a família Meneghini, que precisa **entrar na linha**: será que eles vão conseguir melhorar a alimentação? Adotar hábitos de vida mais saudáveis? Controlar o consumo de água e luz e acabar com o desperdício dentro de casa? **Você vai ver as consequências dessa mudança geral para a saúde da família e do planeta.** É a vida real contada em tempo real! O mais legal é que você vai poder participar desse **jogo!** “Mudança geral” estréia domingo no *Fantástico!*¹² (grifos do autor)

O que seria uma família bem brasileira é a primeira (e obrigatória) questão a fazer. Já na primeira frase da propaganda do novo quadro do programa chama a atenção a carga ideológica presente no estereótipo do brasileiro forjado pela *Globo* (e introjetado sem questionamento pelos telespectadores). A família tipicamente brasileira é obviamente uma família como a dos *Mene-*

ghini: profundamente endividada, ignorante das “boas maneiras”, alienada quanto à destruição da camada de ozônio, irresponsável na utilização de energia, viciada em comidas gordurosas... e bem-humorada! Sim! Em todos os episódios deste “jogo” tupiniquim, os problemas da família paulistana são resolvidos depois de uma boa cerveja, de um churrasco com os amigos e de uma boa dose de alto-astrol. Ao fim da “vida real contada em tempo real”, a família brasileira “entra na linha”, ou seja, torna-se uma família “cidadã”: não deve mais o cartão de crédito, recicla seu lixo, come verduras e legumes, mantém bons hábitos à mesa – e isso tudo sem perder o bom-humor!

Dentro do portfólio das ações socialmente responsáveis da companhia (e incluídas no item “Educação” em seu site¹³, tem destaque uma série de programas: *Ação Global*, *Criança Esperança*, *Telecurso 2000*, *Amigos da Escola*, *Globo Comunidade*, *Globo Ecologia*, *Globo Universidade*. Longe de desconsiderar os efeitos sociais destas iniciativas e seus resultados estatísticos, o que se pretende aqui é investigar qual a concepção de cidadania norteia a ideologia dos grupos que dirigem/financiam as Organizações Globo e quais sentidos são construídos no bojo destas realizações.

Utilizando apenas o programa *Ação Global* como exemplo, é possível suscitar pertinentes reflexões. Na página virtual do projeto¹⁴, tem destaque uma fotografia do ator Alexandre Borges com uma jovem negra, segurando e mostrando com orgulho um documento de identidade (RG). Ao lado da fotografia, em destaque, tem a seguinte frase: “Com cidadania, a vida fica outra história”.

A contribuição de Carlos Nelson Coutinho, no texto “*Notas sobre cidadania e modernidade*” discutido no curso, sustenta a primeira crítica contundente a ser feita: “A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de

uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração” (COUTINHO, 2005, p. 2).

A noção de cidadania da *Globo* corresponde à visão liberal de cidadania, oriunda das transformações econômicas (Revolução Industrial) e sócio-políticas (revoluções democrático-burguesas em Inglaterra e França) protagonizadas pela burguesia na modernidade, que, rompendo com a concepção grega de cidadania, que identificava o cidadão com o espaço do público (ainda que os direitos na Grécia não fossem estendidos a todos), entende que os direitos além de individuais (privados) são também naturais (Locke), e logo, a cidadania e os direitos (civis, políticos e sociais) que a legitimam não seriam fenômenos sociais, construídos historicamente, e sim fenômenos naturais, que deveriam ser garantidos por um governo contratado socialmente pelos indivíduos. Aqui é importante frisar que o liberalismo foi a primeira ideologia da modernidade e que, em contraposição com a sociedade estamental européia, despótica e arbitrária, assumiu um caráter eminentemente revolucionário.

Na concepção burguesa dos direitos, como afirma Carlos Nelson Coutinho no mesmo artigo, nem todos os direitos são considerados naturais, como são os direitos civis (direito à vida, de ir e vir, de pensar – com exceção, obviamente, do direito de propriedade, que de direito universal se torna um direito burguês *strictu sensu*). Os direitos políticos (votar, ser votado, poder se associar), restringidos ao máximo pela burguesia, e os direitos sociais (educação, saúde, trabalho), pilares de qualquer palanque político-partidário, não fazem parte dos direitos naturais promulgados pelos ideólogos liberais.

Com isso, os direitos sociais (que segundo a *Globo* são “garantidos” em suas iniciativas socialmente responsáveis), ao longo do desenvolvimento histórico, ou fo-

ram conquistados, através da pressão dos movimentos sociais e, em casos específicos, da transformação abrupta da realidade social (como na Revolução Russa), ou foram “outorgados”, como forma de atender as demandas das classes subalternas e manter a dominação. Na sociedade brasileira, profundamente marcada pelo patriarcalismo, sustentáculo da estrutura colonial, os direitos sociais, que nas palavras de Coutinho são “os que permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade” (2005, p. 13), sempre foram encarados como concessão por parte das elites, como comprovam o coronelismo do século XIX, o trabalhismo varguista do início do XX e até as recentes políticas das “bolsas” (escola, família, ...), iniciadas no governo Fernando Henrique Cardoso e mantidas/aperfeiçoadas nos governos de Lula da Silva e Dilma Roussef.

Por ser uma instituição privada, gerida e financiada por grupos importantes do grande capital nacional¹⁵, a visão “Global” de cidadania corrobora com a perspectiva liberal de sociedade (que expressa os interesses da burguesia), defendendo intransigentemente os direitos do cidadão, a liberdade individual. Entendendo o liberalismo como um modo de interpretar e construir a realidade social, em outras palavras, como uma ideologia que possui materialidade, é possível elencar algumas características do liberalismo legitimadas pela *Globo* em suas diversas formas de atuação. Entender o indivíduo como centro e ponto de partida, valorizando-o como ente independente, justificando desta forma o “voluntariado” como a força motriz da sociedade civil engajada; preservar a ordem, fiscalizando qualquer tentativa de subversão da mesma, seja ela uma greve de professores (quando as reportagens sempre focam o desespero dos pais que não tiveram com quem deixar seus filhos que tanto queriam ir à escola) ou um plebiscito num país latino-americano que retirou privilégios das elites; associar constantemente cidadania com consumo, configurando o “espaço

do cidadão” como um momento nevrálgico da lógica de acumulação capitalista; compreender Estado¹⁶ e sociedade civil¹⁷ como espaços estanques, separados, com a preponderância da “sociedade dos indivíduos” sobre a estrutura monolítica do Estado regulador; afirmar o caráter positivo, imprescindível e mesmo místico (SANTOS, 2007) do mercado, como denota a cobertura da atual crise econômica pelos analistas econômicos e correspondentes da emissora ou mesmo a demonização de todo e qualquer movimento social que coloque em risco a saúde da economia de mercado.

Uma vez que entende cidadania dentro do formato liberal (devendo o candidato a cidadão “entrar na linha”, como a família *Meneghini*) e direitos como algo que se outorga, é natural que a *Globo* assuma um papel de mediadora entre o não-cidadão e o cidadão pleno, promovendo como no Ação Global, medição da pressão arterial, casamento comunitário, orientação de planejamento familiar e emissão de RG, promulgando-os como o passaporte para o mundo da cidadania, ao mesmo tempo em que pesa decisivamente na correlação de forças da sociedade brasileira, “educando” o senso comum e legitimando o projeto burguês de sociedade, onde exclusão e inclusão forçada (FONTES, 1997) coexistem, num grande cinismo. Em suma, para a *Globo*, retomando citação de Coutinho, “dar cidadania” é algo extremamente natural e um exercício democrático, sobretudo se esta doação divulgar ainda mais o time de artistas da emissora e difundir seu altruísmo e preocupação com os problemas sociais do país.

A mídia como partido político que “educa”

Segundo Gramsci, em uma de suas contribuições teórico-políticas mais originais, um organismo específico da sociedade civil pode assumir a função de partido político das elites: a mídia. Nos *Cadernos*, defende que a imprensa (principal meio de comunicação à sua época) era a parte mais

dinâmica do arcabouço ideológico das elites, do bloco hegemônico (MORAES, 2009, p. 42). Contudo, é impossível compreender a noção da mídia como partido político se ao desbravar a obra de Gramsci não se apreende o significado dos “aparelhos privados de hegemonia (aph’s)”, peça-chave dentro de sua teoria ampliada do Estado. Para Coutinho (2007, p. 129), os aph’s são “organizações materiais que compõem a sociedade civil”, são “organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos” em relação à sociedade política (cujos organismos sociais são os chamados aparelhos repressivos de Estado – o aparato policial-militar e a burocracia executiva).

Moraes (op. cit., p. 40), alicerçado em Coutinho e complementando a discussão, afirma que “tais aparelhos são os agentes fundamentais da hegemonia, os portadores materiais das ideologias que buscam sedimentar apoios na sociedade civil”. E salienta, pensando na contra-hegemonia: “o aparelho de hegemonia não está ao alcance apenas da classe dominante que exerce a hegemonia, como também das classes subalternas que desejam conquistá-la”.

Gramsci salienta, ao analisar a hegemonia, sobretudo nos *Cadernos*, que a resposta para a direção política que o Estado exerce na sociedade não deve ser buscada na esfera pública (instituições governamentais e oficiais), mas nos vários organismos “privados” que controlam/dirigem a sociedade civil. Em poucas palavras, apreende-se o conceito gramsciano do Estado como o somatório dialético da sociedade política com a sociedade civil, ou seja, hegemonia revestida de coerção, força e consenso, orquestrados de maneira magistral pelo *establishment* burguês. Para Gramsci, a força nunca pode predominar demais sobre o consenso e deve se apoiar na aprovação da maioria, expressa por intermédio dos canais de opinião pública, onde se destacam os meios de comunicação.

Para analisar a questão da “educação” realizada pelos organismos midiáticos, é necessário retomar afirmação presente na Introdução deste trabalho, pontuando que a hegemonia pressupõe relações pedagógicas (assim como as relações pedagógicas compreendem a hegemonia).

O filósofo e educador gramsciano Antonio Tavares de Jesus, em sua obra *Educação e Hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*, contribui de maneira decisiva para a compreensão da relação pedagógica como exercício de hegemonia e da hegemonia como relação pedagógica, procurando compreender em sua totalidade a teoria gramsciana da Educação. Segundo ele,

a partir do momento em que se aceita o conceito de hegemonia como relação, concorda-se com Gramsci que a supremacia de um grupo social se manifesta como dominação e consenso, aceitando-se, portanto, a reciprocidade entre relações hegemônicas e pedagógicas, onde cada elemento, quando dominante, implica o outro como subalterno (JESUS, 1989, p. 60).

Para além do entendimento da hegemonia como uma relação, Gramsci compreendia e deixou claro na grande maioria de seus escritos, que a hegemonia significa direção¹⁹ moral e intelectual e que a passagem de um estado de superstição e folclore para um estado histórico-crítico deveria ocorrer a partir de uma nova cultura, adaptada às exigências da nova classe. Os agentes destas mudanças seriam os intelectuais (enquanto educadores) e o partido (intelectual coletivo). Ora, “direção moral e intelectual” e “cultura”, confirmam a natureza pedagógica das relações hegemônicas, pois somente uma ação pedagógica eficiente e integral permite a dominação simbólica (que reforça a dominação material) tanto numa perspectiva hegemô-

nica quanto em uma perspectiva contra-hegemônica. *“Não se podendo pensar em hegemonia sem o concurso do intelectual, tem-se confirmada a natureza pedagógica das relações hegemônicas”*, defende Jesus (1989, p. 73).

Na sociedade capitalista a conquista do consenso se dá através de agentes e instituições pedagógicas, como por exemplo a escola, os intelectuais e o partido político (entendido como intelectual coletivo). Tanto a hegemonia quanto a contra-hegemonia exigem uma “pedagogia” que mantenha/reforme a relação total de poder, conforme as condições histórico-sociais.

O pensamento dialético e renovador de Gramsci afirma a identidade entre filosofia, história e política, frisando que toda atividade política compreende, simultaneamente, uma dimensão histórica, ideológica, cultural e “pedagógica”. Por isso, *“todas as relações hegemônicas, quer enquanto dominação, quer enquanto direção, são organicamente pedagógicas por seus objetivos, exigências e conseqüências que se seguem à sua atuação (cultural e ideológica)*. Desta forma, compreende-se que *“ser hegemônico é também “educar”, ter a hegemonia ou buscá-la, não é somente ter ou buscar fins econômicos e políticos, mas também intelectuais e morais.”* (p. 60)

A apresentação dos conceitos de intelectual (que devem ser sábios, educadores, dirigentes, conforme dito anteriormente) e partido em Gramsci se fez necessária uma vez que para o autor dos *Cadernos*, um e outro elemento tem funções essencialmente hegemônicas, assumindo por isso tarefas importantes na “direção cultural, moral e intelectual” da sociedade, confirmando assim a identidade entre relações pedagógicas e relações hegemônicas. Em relação à cultura, para Gramsci toda hegemonia é precedida por um intenso trabalho de penetração cultural, sendo possível con-

quistar a hegemonia (sociedade civil) antes mesmo da tomada do poder institucional (sociedade política).

Partindo deste pressuposto (hegemonia como relação pedagógica), é possível argumentar que a grande mídia - “partido político” das elites, ou na acepção *togliattiana*²⁰, “intelectual coletivo” dos grupos dominantes - desempenha nas sociedades contemporâneas um papel privilegiado de “educadora”, forjando consensos²¹ e hegemônizando sentidos, no intuito de preservar seu *status quo*.

Se exercem uma liderança política e ideológica (hegemonia) na sociedade civil, os meios de comunicação ocupam lugar central na luta de classes, sobretudo em países como o Brasil, onde os partidos políticos não têm a mesma capilaridade social, onde a política é muito individualizada (vota-se na pessoa e não no partido), deixando uma “lacuna” de representatividade muito bem ocupada pela mídia.²²

Ao se estudar criticamente a obra de Gramsci, infere-se que seu conceito de hegemonia, porque amplo e dialético, compreende a educação como dimensão fundamental da realidade histórico-social contemporânea, conferindo à ação pedagógica um lugar de destaque nos esforços por uma pujante reforma intelectual e moral. A educação é parte integrante do processo político ou hegemônico, sendo trincheira no processo de construção de novos sentidos, caminhos, possibilidades. Todo projeto hegemônico pressupõe a força, mas principalmente o consenso, que exige para sua consecução um trabalho pedagógico de direção.

Considerações finais

A grande contribuição de Gramsci para o materialismo histórico, e por que não, para toda perspectiva emancipatória dos indivíduos, é a unidade dialética

entre todos os aspectos do real: política e sociedade, economia e estado, sociedade civil e sociedade política, estrutura e superestrutura. Além disso, sua preocupação com o papel da escola e da cultura, com a dominação ideológica (rompendo com a noção de ideologia como falseamento da realidade²³), a subjetividade, o senso-comum e sua defesa intransigente da necessidade de uma robusta reforma intelectual e moral, renovaram o marxismo contemporâneo, oferecendo novas possibilidades na luta contra-hegemônica perante o capital.

Obviamente, este trabalho escolheu a *Globo* como objeto de análise, mas poderia ter abordado o grupo *Record*, *Bandeirantes* ou *Folha*. Mais uma vez, a opção por esta instituição deveu-se à sua amplitude enquanto empresa de comunicação e principalmente à sua hegemonia respaldada numericamente e socialmente.

Na contramão dos estudos midiáticos que primam pela análise estética, pela abordagem “culturalista” descolada da realidade material ou mesmo daquelas leituras maniqueístas que demonizam os meios de comunicação, instrumentos de opressão que adulteram a realidade, buscou-se neste trabalho construir uma argumentação crítica, vinculada ideológica e teoricamente à filosofia da práxis gramsciana, compreendendo a mídia como um espaço de disputas pela hegemonia de sentidos, ou na própria definição de sociedade civil de Gramsci, uma arena fundamental do embate de classes.

É mister aprofundar e a universalização da cidadania (cidadania que na visão da *Globo* é profundamente excludente), com a democratização das relações sociais (COUTINHO, 2007, p. 24-25), criando possibilidades de luta que pesem decisivamente na correlação de forças da sociedade em favor dos “não-cidadãos”, das vítimas dos “abusos” (como na epígrafe de *Brecht*) do capitalismo, humani-

zando diariamente nas páginas dos jornais ou nas manchetes televisivas.

À guisa de conclusão, entender a grande mídia como espaço privilegiado da hegemonia do capital, como instrumento privado de dominação ideológica e cultural e como singular “educadora” do senso comum, é avanço significativo no front da imperiosa guerra de posição contra o capital e exortação ao público barretiano, que não “vê” cidadania porque não se enxerga como povo.

Bibliografia

ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

BARRETO, Raquel ; LEHER, Elizabeth M. Teixeira. *Imagens das tecnologias: a questão do sentido hegemônico*. In: OLIVEIRA et al. (org.). *Pesquisa em educação: métodos, temas e linguagens*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 13-22.

_____. *Pesquisa em educação: métodos, temas e linguagens*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

_____. *Discursos, tecnologias, educação*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

CAMPIONE, Daniel. *Antonio Gramsci. Orientaciones introductorias para su estudio*. (Extraído de: <http://www.rebellion.org/>).

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Intervenções: o marxismo na batalha das idéias*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Notas sobre cidadania e modernidade*. In Revista *Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005 – ISSN – 1807-698X, p. 21. Disponível em <http://www.assistente-social.com.br>.

DANTAS, Rodrigo. Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 91-118.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

FONTES, Virginia. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. *Revista Tempo*, vol. 2, n. 3. Rio, Relume-Dumará/Depto. História da Univ. Fed. Fluminense. Junho 1997. p. 34-58.

_____. Intelectuais e mídia – quem dita a pauta? In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 145-161.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* / organizador Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (vol. 3).

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

JESUS, Antonio Tavares de. *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo: Cortez, 1989.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a escola*. Série Princípios, 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MONIZ, Edmundo. *Antologia poética de Bertolt Brecht*. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1982.

MORAES, Denis de. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos*. São Paulo: Circulo do Livro, 1974.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP, 2007.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 378, set./dez. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

SOARES, Rosemary Dore. *Gramsci, o Estado e a escola*. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.

1 Professor de História da UNIGRANRIO. Historiador formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Doutorando em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação da Universidade Federal Fluminense (NUFIPE).

2 Para Gramsci, o senso comum seria a concepção de mundo de um estrato social (LIGUORI, 2007, p. 103), ou em suas próprias palavras: “(...) a ‘filosofia dos não-filósofos, isto é a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio.’” (Gramsci apud Liguori, In: LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 112).

3 Esta afirmação é por ele confirmada através da função dos intelectuais e dos partidos (*Cadernos do Cárcere*), sendo importante frisar que na perspectiva gramsciana, a mídia age como partido político (na parte ‘A mídia como partido político que educa’ é discutida com mais detalhes esta percepção).

4 Aqui utiliza-se o conceito gramsciano de ideologia, que segundo Liguori: “é a representação da realidade própria de um grupo social” (LIGUORI, 2007, p. 94).

5 Fascismo, bolchevismo, keynesianismo, Estado de Bem-Estar, dentre outras.

6 A definição de Nicos Poulantzas parece bastante pertinente: “o Estado é a condensação material de uma correlação de força entre classes e frações de classe, no qual sempre se dá a preponderância ou hegemonia de uma classe ou de uma fração de classe. (POULANTZAS, 1980, p. 147.)

7 É importante pontuar que o conceito de contra-hegemonia não foi criado por Gramsci. Corresponde a uma interpretação do conceito de hegemonia do filósofo italiano a partir de uma perspectiva crítica, atualizada e, sobretudo estratégica, por parte de inúmeros marxistas (por exemplo, os brasileiros Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho e os britânicos Raymond Williams e Terry Eagleton), objetivando traduzir/demarcar, em termos de luta ideológica e material, um projeto antagônico de classe, em relação à hegemonia burguesa. O termo, que se consolidou pelo uso, significa que a luta é contra uma hegemonia estabelecida, uma luta que objetiva a construção de uma nova hegemonia, e que por isso, corresponde a um projeto de classe distinto. Como corresponde a uma interpretação, tal conceito oferece muitas dificuldades para quem se “aventura” a explorar seu (s) significado (s). Além de escassa na literatura marxista, a definição do conceito pode ser encontrada sob os mais distintos espectros político-ideológicos. Longe de incorporar um neologismo, utiliza-se um conceito legitimado por diversos intelectuais importantes

dentro do campo marxista (ainda que poucos o definam), que fazem uso da “contra-hegemonia” querendo apontar para outro projeto de classe, outro mundo possível.

8 Gramsci rompe com a perspectiva liberal que entende a sociedade civil e o Estado como estruturas da realidade social independentes, dicotômicas. Carlos Nelson Coutinho, na obra *Intervenções: o marxismo na batalha das idéias*, enfatiza que para Gramsci a sociedade civil, além de um momento do Estado, corresponde também ao mercado, uma vez que compreende as relações sociais engendradas por ele. (COUTINHO, 2006, p. 41.)

9 A questão do modo de produção parece central aqui, uma vez que somente no sistema capitalista há, na concepção marxista, um desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, que dá origem a uma classe trabalhadora com grande potencial de associação (sindicatos, partidos) e com capacidades reais de pressão sobre a burguesia, ampliando, dessa forma, o espaço público (Coutinho), a esfera estatal (Soares), dando origem à sociedade civil.

10 Partido Comunista Italiano.

11 Reiterando que este consenso assim como o poder que a classe hegemônica exerce (Fairclough) corresponde a um ‘equilíbrio instável’, existindo sempre ‘espaços’ de disputa, dissensos, no interior da sociedade civil.

12 Extraído de <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL1104666-15605,00.html>. Página acessada em 02 de novembro de 2011, às 17:46h.

13 <http://www.globo.com/>

14 <http://acaoglobal.globo.com/>

15 É válido ressaltar que o Ação Global atua em parceria com o SESI (Serviço Social da Indústria), instituição que atua na defesa dos interesses do “setor produtivo” (privado) do país, sendo mantido, por exemplo, pela CNI (Confederação Nacional da Indústria).

16 Obviamente, mesmo enxergando uma dicotomia entre Estado e sociedade civil, o pensamento liberal não pode prescindir do primeiro, pois o liberalismo não pode pensar a ordem social sem o Estado.

17 Esta perspectiva entende a sociedade civil como um “terceiro setor”, situado fora do Estado e do mercado, onde a filantropia e a solidariedade são preponderantes. Com isso, a sociedade civil seria o reino do “bem”, em contraposição ao Estado regulador que deve ser reduzido ao máximo (Acanda, 2006). Na página virtual da Fundação Roberto Marinho, encontra-se uma definição do que seria este terceiro setor: “O Terceiro Setor, que agrega as instituições de interesse público mantidas pela iniciativa privada, vem se fortalecendo em todo o mundo (...). As instituições do Terceiro Setor se dividem basicamente em associações, voltadas para objetivos pontuais, e fundações, dedicadas a causas públicas (...).

O Terceiro Setor ouve a sociedade e desenvolve projetos nas áreas em que há demanda, dentro do conceito de responsabilidade social.”

18 O termo “canal” é utilizado por Gruppi, em trecho que explora a questão da concepção de mundo imposta pela classe dominante à classe subalterna. Segundo ele: “Vemos assim a ideologia das classes ou da classe dominante chegar às classes subalternas, operária e camponesa, por vários canais, através dos quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia.” (Gruppi, 1978, pp. 67-68)

19 Segundo Jesus, para Gramsci o que importa ao partido é desempenhar sua “função diretiva e organizativa, isto é, educativa ou intelectual.” (Jesus, 1989, p. 76, grifo do autor). Defende ainda que o partido, ao almejar a conquista da hegemonia, constrói uma ação pedagógica, uma vez que seus militantes “se educam” no processo de luta. (Ibid, p. 79). Para ele, “unindo a teoria à ação, o partido elabora uma filosofia que educa para uma nova cultura.” (Ibid, p. 80)

20 Referente ao militante comunista italiano, Palmiro Togliatti, companheiro fundamental de Gramsci.

21 É bastante sugestivo o título da densa e altamente qualificada obra de Francisco Fonseca (correspondendo à sua tese de doutoramento), *O Consenso Forjado*, onde o autor analisa o papel da grande imprensa brasileira (O Globo, Folha, JB e Estadão), no período de 1985/1992, na construção de consensos acerca da Agenda neoliberal, que enfatizou a esfera privada em detrimento da pública.

22 Na Itália, afirma Gramsci nos Cadernos, “pela falta de partidos organizados e centralizados, não se pode prescindir dos jornais: são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos”. (Gramsci apud MORAES, 2009, p. 43)

23 Segundo Dantas (2008, p. 94), “A ideologia não é, simplesmente, uma representação falsa, manipulada ou distorcida de uma realidade (...). O que nela sempre está em jogo é a naturalização, a normalização e a legitimação das práticas e relações sociais que organizam uma determinada configuração histórica da produção e reprodução social da vida.”

24 Termo cunhado por Gramsci, no cárcere, designando o marxismo.

25 Utiliza-se aqui a noção de ideologia como hegemonia de sentido, uma interpretação de Barreto (2005, p. 14), a partir da obra de Norman Fairclough, criador da *Análise Crítica do Discurso* (ACD).